

8º ENCONTRO GESVENTURE

Discurso de Abertura – Dr. Francisco Banha

Presidente da GESVENTURE

LISPOLIS - Lisboa, 28 de Novembro de 2006

Exmo. Senhor Presidente da EBAN – European Business Angels Network,

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais,

Exmos. Senhores Oradores convidados,

Demais personalidades, minhas senhoras e meus senhores,

Saúdo os Empreendedores, primeira razão da nossa existência.

Saúdo a PME INVESTIMENTOS e em particular o seu Presidente, Sr. Dr. João Vicente Ribeiro, pelo apoio manifestado quer do ponto de vista financeiro quer do ponto de vista Institucional ao associar-se, mais uma vez, à Gesventure na realização de um Evento que tem contribuído para a dinamização do espírito empreendedor no nosso país.

Saúdo a F-Turismo – Capital de Risco na pessoa do seu Presidente, Sr Dr Orlando Carrasco, pelo apoio que nos concederam e que ajudou a operacionalizar a realização do presente Encontro.

Saúdo o Presidente da EBAN, Anthony Clarke, por nos ter dado a honra de comparecer a este Encontro para debater o tema da actividade dos

Business Angels em Portugal e na Europa e, particularmente, por duas importantes razões:

Em primeiro lugar, pelo apoio formal concedido pela EBAN, e pessoalmente pelo seu Presidente, à constituição da FNABA - Federação Nacional de Associações de Business Angels, já há muito idealizada pela GESVENTURE, destinada a dar representação, nas mais variadas vertentes, às Associações de Business Angels de todo o país – e que, aliás, já se encontra a promover, designadamente com o envolvimento do Business Angels Club – Associação Portuguesa de Investidores em Start-Ups e das Associações de Business Angels do Porto, Cascais, Covilhã e Algarve , um conjunto de acções e actividades aptas a fomentar importantes concretizações, tendo sobretudo em vista o financiamento de projectos nas fases iniciais de desenvolvimento.

Em segundo lugar, por ter concedido à GESVENTURE – na qualidade de entidade responsável pela criação do primeiro clube português de Business Angels – o privilégio de co-organizar, pela primeira vez em Portugal, o 7º Congresso Europeu de Business Angels, que decorrerá no Estoril nos dias 16 e 17 de Abril de 2007.

Saúdo, igualmente, a Câmara Municipal de Cascais, na pessoa do seu Vice-Presidente, Sr. Dr. Carlos Carreiras, pela dinâmica que tem vindo a estabelecer na área do Empreendedorismo de que é exemplo não só a constituição recente da DNA CASCAIS tendo em vista a criação do Ecosistema Empreendedor desse Concelho, mas também o importante envolvimento da Câmara Municipal de Cascais na realização do 7º Congresso Europeu de Business Angels de 2007, designadamente ao disponibilizar o Centro de Congressos do Estoril para a realização deste Evento.

Saúdo também a PME CAPITAL por se ter associado à Gesventure e ao Business Angels Club– Associação Portuguesa de Investidores em “Start-ups”, na Organização do 7º Congresso Europeu de Business Angels de 2007, bem como ao IAPMEI pelo alto patrocínio atribuído a esta iniciativa.

Saúdo a Abreu Cardigos & Associados, a APCRI e a Cachudo Nunes & Associados por mais uma vez terem feito questão de se associarem à Gesventure demonstrando assim que a junção de esforços não só é possível como desejável tendo em conta que uma indústria de capital de risco forte e dinâmica só se faz com o envolvimento de todos os que nela vêem oportunidades.

E, em matéria de agradecimentos, fico-me, portanto, por aqui, pois quando se trata de agradecer importa ser sóbrio. Como diz Saramago, **"Em assuntos de sentimento, quanto maior for a parte de grandiloquência, menor será a parte de verdade"**.

Senhoras e Senhores,

É com muito gosto e com muita honra que abro este 8º ENCONTRO GESVENTURE. Considero que este ENCONTRO representa mais um momento privilegiado, que pela minha parte me sinto feliz em viver.

Este ENCONTRO - **fiel ao espírito inconformista, inquisitivo e criador que há 8 anos atrás o concebeu** - representa, por si só, um momento de

mudança porque impõe o balanço do passado, com vista à determinação daquilo que deve alterar-se no futuro.

Hoje, o sector de Capital de Risco em Portugal já não se encontra fechado em si mesmo e vivendo para si próprio, merece, pelo menos, o reconhecimento unânime por parte de todos – Agentes de Mercado, Organismos Públicos e entidades relevantes - de que se trata de um pilar essencial da criação e desenvolvimento das pequenas e médias empresas. cremos que, neste cenário, o contributo da Gesventure não passou despercebido, e estes ENCONTROS representam apenas uma das várias iniciativas da GESVENTURE que sempre actuou como um catalisador da mudança, assumindo um papel fundamental no apoio ao Empreendedorismo e na divulgação e discussão de temas chave para o desenvolvimento do mercado de Capital de Risco em Portugal.

Todavia, esse mercado ainda está longe de corresponder à dimensão já alcançada na generalidade dos países mais desenvolvidos da OCDE. Efectivamente, embora saibamos que em Portugal existem Sociedades de Capital de Risco, principalmente as que são detidas maioritariamente pelo accionista Estado, que se encontram, actualmente, a investir em estágios “Seed” e “Start-up”, elas são apenas a excepção que confirma a regra, pois ainda estão longe de se assumirem em Portugal como a principal fonte de financiamento de novos projectos empresariais.

É, pois, perante este cenário que os investidores informais, designados por “Business Angels”, assumem um papel fundamental, como fonte de financiamento de capitais próprios dos projectos apresentados por Empreendedores qualificados, principalmente os que lideram empresas com elevado recurso a tecnologias.

Desde a criação da GESVENTURE, em 1999, temos vindo, determinadamente e de forma sustentada, a defender o desenvolvimento

de um ambiente positivo à criação de redes de Business Angels em Portugal, com vista a colmatar a lacuna existente ao nível de financiamento de projectos que se encontrem nas fases “seed” e “start-up”.

A criação do primeiro clube português de Business Angels, a adesão como membro oficial da Associação Europeia de Business Angels (EBAN), desde Junho de 2005, a co-organização do 7º Congresso Europeu de Business Angels, e, mais recentemente, o arranque da FNABA – Federação Nacional de Business Angels, são apenas algumas das acções concretas que a GESVENTURE tem vindo a desencadear, tendo em vista a criação de um verdadeiro ecossistema no mercado de capital de risco em Portugal, no qual o financiamento via investidores informais, através de redes de Business Angels actuantes, desempenhe um papel determinante à sua auto sustentabilidade e permanente regeneração.

Seria, no entanto, desejável à efectiva potenciação da actividade das redes de Business Angels, a implementação no terreno das medidas contempladas no Programa FINICIA – designadamente através do estabelecimento de parcerias público-privadas, destinadas a facilitar o acesso ao financiamento por parte das empresas de menor dimensão que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades na sua ligação ao mercado financeiro, assumindo neste contexto a figura dos Business Angels um dos requisitos essenciais de tão interessante iniciativa.

A par disso, seria igualmente desejável a introdução, no ordenamento jurídico nacional, da proposta de alterações ao regime jurídico das SCR e dos FCR, cujo conteúdo a CMVM colocou a discussão pública, e que reconhece a inexistência de uma rede que ligue os designados “Business Angels” às oportunidades de investimento em sociedades com elevado potencial de desenvolvimento, e à qual me irei referir mais adiante.

E, por isso, temos vindo – e continuaremos - a insistir empenhadamente na perseguição destes objectivos até à sua completa realização. E, quando alguém como a EBAN reconhece publicamente todo o esforço que temos realizado em prol da divulgação desta importante actividade em Portugal e nos confia a gratificante tarefa e a difícil missão de co-organizar um Congresso com o alcance e projecção que o 7º Congresso Europeu de Business Angels se propõe alcançar, simboliza para nós o reconhecimento inequívoco deste percurso de importantes concretizações assentes em resultados objectivos e mensuráveis.

Naturalmente que de Empreendedorismo e de Capital de Risco fala-se agora quase todos os dias – e ainda bem que tal acontece! Mas muito daquilo que se fala terá, porventura, profundidade efémera e será de alcance momentâneo, pois, na sua maioria, não se traduz em resultados práticos. O esforço que a Gesventure tem vindo a desenvolver, desde 1999, tem se assumido, contrariamente ao que muito se vê por aí, de forma conseqüente e em toda a sua extensão.

Mas há hoje mais mudanças a assinalar.

Senhoras e Senhores,

Este 8º ENCONTRO GESVENTURE decorre num momento de mudança do actual regime jurídico do capital de risco a que há pouco me referi, a qual tem, essencialmente, em vista a dinamização do capital de risco enquanto instrumento de apoio à criação e desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Refiro-me à proposta de alteração do regime jurídico das Sociedades de Capital de Risco e do regime jurídico dos Fundos de Capital

de Risco, e que neste momento se encontra a ser objecto de Consulta Pública, promovida pela CMVM.

Considero que, na sua generalidade, esta proposta de alteração contempla um importante alcance, pois permite-nos encurtar caminhos e dar passos significativos na reafirmação do papel do capital de risco enquanto pilar fundamental no desenvolvimento da competitividade da economia nacional, designadamente ao nível do incentivo de uma política de investimentos menos adversa ao risco, da atribuição de melhores condições aos Investidores (através da criação da figura dos ICR - Investidores em Capital de Risco, os quais, à semelhança do que já se verifica, por exemplo, no ordenamento jurídico francês, passarão a assumir a forma de sociedade unipessoal por quotas), da promoção de uma maior transparência ao nível da realização do capital social das SCR, da criação de uma política de conflitos de interesses aplicável aos membros dos órgãos sociais e accionistas, e bem assim da desburocratização e reforço dos poderes de supervisão da CMVM.

Todavia, esta proposta enferma, a meu ver, de uma medida manifestamente penalizadora para os Fundos de Capital de Risco que em nada favorece a criação destes Fundos, ao determinar a **elevação do seu capital mínimo de €1.000.000 para € 2.500.000.**

Em boa verdade, se não fossem os critérios puramente economicistas que naturalmente estarão na base desta medida, eu diria mesmo que se trata de uma medida evidentemente incompreensível, sobretudo se considerarmos as actuais tendências do Mercado, em que os próprios Organismos Públicos, Universidades e Agentes Económicos se começam a mobilizar para criar pequenos fundos de capital destinados ao financiamento de novos projectos empresariais. Já para não falar na incongruência que esta medida evidencia ao revelar-se completamente contrária ao espírito que preside à introdução da referida proposta de

alteração, e que visa essencialmente dinamizar o capital de risco enquanto instrumento de apoio à criação e desenvolvimento das PME's.

Efectivamente, não obstante o entrave acima identificado, e apesar de nos últimos meses a actividade desenvolvida pelas SCR registar resultados pouco expressivos, é-nos, no entanto, grato verificar – e assim dar público relevo às coisas boas com a mesma objectividade com que por vezes criticamos as más - que o sector de Capital de Risco nacional nunca havia beneficiado de condições legais tão favoráveis como as actualmente existentes, colocando ao alcance das SCR um conjunto de meios que lhes permite actuar de uma forma muito mais eficaz. Contudo, o que me continua a provocar alguma inquietação é o facto destas condições legais favoráveis não serem igualmente extensíveis à dinamização das redes de Business Angels nem sequer favoráveis à promoção de Corporates Ventures.

Senhoras e Senhores,

Neste 8º ENCONTRO GESVENTURE, conseguimos, mais uma vez, reunir individualidades que irão seguramente proporcionar um debate fértil e informado.

Com efeito num momento em que a presente dinâmica de integração económica à escala global, da qual resultam alterações muito significativas na estrutura de mercados e a emergência de novas centralidades, que tem colocado uma forte pressão competitiva sobre a economia europeia e em particular na nossa economia, que em consequência registam níveis de crescimento muito limitados, importa ouvir com particular expectativa a análise prospectiva que o meu amigo

Professor António Nogueira Leite, que desde já agradeço a sua amável disponibilidade, preparou e que certamente nos ajudará a todos a compreender como poderemos ultrapassar os desequilíbrios estruturais que possuímos e que nos limitam cada vez mais.

Um dos temas centrais do debate que irá ser discutido ao longo do dia, diz respeito às oportunidades que estão a surgir no sector energético. Além da cada vez maior consciencialização pública dos impactos económicos e ambientais resultantes da utilização da energia, as mudanças que o sector energético português tem vindo a registar, essencialmente decorrentes da assinatura do Protocolo de Quioto e da inevitável liberalização deste sector, começam a proporcionar aos seus actores novos desafios e novas oportunidades.

Neste contexto, as novas soluções lançadas pelo Ambiente começam a gerar o aparecimento significativo de projectos neste sector energético, cujo financiamento via Capital de Risco já representa actualmente 10,83% do investimento total realizado. A par disso, o interesse do Governo nesta matéria, ao pretender investir 2.500 milhões até 2010, revela-se igualmente favorável, na medida em que poderá traduzir-se num importante apoio ao nível do co-financiamento de projectos.

Por sua vez as oportunidades emergentes no sector da Biotecnologia mas também a análise dos ciclos de investimento muito longos desde a fase de investigação até à rentabilização e a pouca ligação entre os centros de investigação, existentes no nosso país, e a comunidade empresarial serão temas que merecerão uma abordagem bastante esclarecedor por parte de um dos nossos Cientistas mais promissores o Professor Domingos Henriques.

Outro importante tema a debater, prende-se com as oportunidades de investimento no sector do turismo, no âmbito do qual se preconiza uma profunda reestruturação resultante das recentes alterações introduzidas pelo PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

Efectivamente, as políticas de promoção, valorização e sustentabilidade da actividade turística nacional emanadas do Plano Estratégico Nacional do Turismo, destinadas a alavancar esta actividade nos próximos 10 anos - designadamente através da forte promoção dos destinos e produtos de todo o país, da afirmação das marcas nacionais, do desenvolvimento e consolidação dos mercados, da qualificação dos recursos humanos, do apoio às empresas no estabelecimento de novos canais de distribuição e comercialização e potenciando a Inovação e o Conhecimento enquanto factores determinantes na orientação da actividade turística – representam uma plataforma determinante para o desenvolvimento económico deste importante sector que é o Turismo nacional e, simultaneamente, fomentam o interesse por parte dos operadores de Capital de Risco em financiar projectos assentes nas novas oportunidades que agora se vislumbram, à semelhança do que está a suceder em Espanha onde estas entidades evidenciam uma apetência acentuada para investir em iniciativas neste sector, como é o exemplo mais recente da venda da empresa detentora dos parques temáticos, participada pela Advent Internacional, que tem mobilizado o interesse de mais de uma dezena de operadores de Capital de Risco.

Por sua vez o tema das Fusões e Aquisições irá ter o seu espaço neste Encontro para que se possa compreender os motivos que se encontram por detrás do boom de aquisições globais que se tem vindo a realizar

durante o presente ano de 2006 e a que não será alheio, segundo a Private Equity Intelligence, o impulso provocado pelos Fundos de Investimento que este ano já angariaram mais de 300 mil milhões de dólares.

Finalmente, não gostaria de encerrar esta breve apresentação dos temas que serão objecto de análise ao longo do dia de hoje, sem me referir a um importante tema que já há pouco aflorei, e que diz respeito à actividade dos Business Angels em Portugal e na Europa.

Consideramos o debate deste tema de vital importância, na medida em que a intervenção dos Business Angels como alavanca financeira e de aconselhamento empresarial aos Jovens Empresários apresenta-se, incontornavelmente, como uma necessidade que urge satisfazer, a exemplo do que acontece nos países anglo-sáxónicos, como forma de colmatar a insuficiência de oferta por parte dos Operadores de Capital de Risco nas fases de capital semente e start-up.

E essa insuficiência reflecte-se na frieza dos números que nos levam inevitavelmente a reconhecer que o mercado português de Capital de Risco continua a não ter qualquer relevância na economia nacional. Para comprovar esta realidade não é necessário ir muito longe, basta lançar-se um olhar – que não necessita de ser muito atento tendo em conta as diferenças acentuadas - ao que se verifica em Espanha onde os valores investidos têm atingido recordes dignos de registo conforme se pode constatar pela análise dos seguintes dados:

Em **2005**, investiu-se em Espanha **4.117** milhões de euros, contra os **244** milhões de euros registados em Portugal. Somente no **1º semestre deste ano** foram investidos **960** milhões de euros, contra os **56** milhões de euros alcançados no nosso País. Talvez um dos factores que possa explicar esta realidade se traduza no facto de, ao longo dos últimos 20 anos, o número

de Sociedades de Capital de Risco em Espanha ter passado de **24** para **124**, enquanto que no nosso País o número se mantém praticamente o mesmo, ou seja, cerca de **20** Entidades a operar neste sector.

Por isso, mais uma vez reafirmo a importância de se criar, complementarmente, um enquadramento jurídico e fiscal atractivo que estimule o investimento por parte dos Business Angels no nosso país, por forma a carrear para o sector de Capital de Risco nacional um ambiente mais favorável a uma actividade de maior risco.

Por sua vez, torna-se igualmente importante o co-financiamento, por parte do Estado, de actividades desenvolvidas pelas Redes de Business Angels com vista a potenciar o crescimento do mercado informal de capital de risco no nosso País. Neste cenário, a harmonização legal e fiscal deverá ser levada mais longe, nomeadamente ao nível da promoção da actividade de Business Angels e Corporate Venture – por exemplo a Microsoft Ventures tem actualmente mais de 25 profissionais a trabalhar não só nos maiores mercados de Private Equity, tais como os EUA, Reino Unido e Israel, mas também nos mercados emergentes, como os da Índia e China, com o objectivo de actuarem de forma pró-activa com as comunidades de Private Equity - tendo em vista promover a Inovação e a criação de Valor em empresas Start-Ups.

Além disso, devem ser desenvolvidos incentivos que estimulem no nosso País o Empreendedorismo e a I&D. Sublinhe-se, a este propósito que, em 2004, a percentagem de investigadores e pessoal ligado à investigação em empresas portuguesas era de 18% e 25%, respectivamente. Ora, estes valores, segundo dados recentes divulgados pelo Eurostat, apresentam-se muito inferiores à média da União Europeia, onde o pessoal ligado à investigação nas empresas atingia os 53,4% e os investigadores a trabalhar no sector empresarial era de 49,5%.

Ademais, numa época em que a Europa atinge recordes ao nível das Ofertas Públicas de Vendas (vulgo OPV) - em 2005 e 2006, por exemplo, foram realizadas na Europa 86 operações de empresas tecnológicas, contra apenas 52 nos EUA e, no período de Janeiro a Julho deste ano foram angariados mais fundos nas OPV's realizadas no AIM-Mercado de Investimento Alternativo da Bolsa de Valores de Londres do que no NASDAQ, registando-se precisamente 9,2 mil milhões de USD contra 8,2 mil milhões de USD – importa criar em Portugal uma infra-estrutura que permita aos Private Equity transaccionar as suas participadas e obterem a liquidez que tanto têm ambicionado.

Para o efeito, devem ser estimuladas todas as iniciativas que os responsáveis do Euronext Lisboa têm desenvolvido, com vista à criação, nos próximos meses, do Mercado Alternativo - ALTERNEXT- e no âmbito do qual a existência de um quadro fiscal atractivo para as empresas que nele possam estar interessadas representaria, sem dúvida, um excelente argumento para a obtenção de uma decisão favorável por parte dos Empreendedores líderes dessas empresas.

Para concluir, resta-me agradecer a atenção por todos dispensada e expressar os meus sentidos desejos de que o resultado deste Encontro vá, também este ano, muito para além do curto tempo da sua realização.

Tal como certamente se aperceberam, a principal mensagem que através da minha intervenção de hoje tentei passar a todos quantos se encontram presentes gira em torno de uma forte convicção de **mudança**.

Mas como é sabido, **a porta da mudança só se abre por dentro!**

É certo que todos nós somos dotados da capacidade de operar mudanças. Todavia, se cada um de nós - Organismos públicos, agentes de mercado e entidades relevantes - agir com o verdadeiro objectivo de mudar, certamente que este sector se transformará e elevará o seu patamar de qualidade. E esta afirmação não se trata de matéria de Fé, mas apenas, e não é pouco, de ter a certeza que o sector de Capital de Risco nacional pode ser melhor, que tem condições para ser melhor. Mas só o será efectivamente se quem acredita nele assim o fizer. Declará-lo melhor é apenas o início do percurso, e não o fim, e a assumpção de uma tremenda responsabilidade para todos quantos o integram.

É tendo presente que é necessário colocar a fasquia ainda mais além, definindo as metas que queremos alcançar no futuro deste importante sector e delineando os percursos que a elas nos podem conduzir que continuaremos a abraçar o **desafio** de converter o Capital de Risco numa ferramenta cada vez mais apta a convocar a cultura empreendedora e a incentivar os jovens a arriscar, a pôr de parte o comodismo e o medo, a abraçar as oportunidades, e a ousar, inovando e empreendendo.

Aceitaremos esse desafio. Temos apenas consciência de que o impossível apenas leva um pouco mais de tempo a alcançar!

E, por falar em impossível, finalizo dirigindo-me àqueles para quem a palavra impossível não existe e que, por esse motivo, chegarão sempre mais longe. Aos Empreendedores presentes gostaria de passar uma forte mensagem de estímulo para continuarem a trabalhar arduamente nos seus projectos, de forma profissional e responsável, se possível com o apoio de entidades qualificadas que lhes permita carrear valor para os seus projectos e que os conduza acertadamente na obtenção do financiamento crítico que precisam para crescer.

E lembrem-se sempre que o facto de possuírem uma ideia genial não representa, só por si, o caminho certo para o sucesso, pois, tal como referiu Thomas Edison **“Génio é composto de 1% de inspiração e 99% de transpiração”**.

A todos, muito Obrigado.

Francisco Banha
Presidente da GESVENTURE

fbanha@gesbanha.pt

www.gesventure.pt